

Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005

“A espoliação das lembranças”: reinserção dos exilados pelo golpe militar de 64

Marcelina Silveira de Queiróz
Mestranda – UFJF

“A Espoliação das lembranças”: reinserção dos exilados pelo golpe militar de 64, busca compreender e problematizar aspectos ligados à ditadura militar no Brasil (1964-1985) e seus desdobramentos, focando principalmente a volta do exílio político e a decorrente reintegração dos exilados políticos na sociedade brasileira, nos anos 80.

Neste sentido, a presente proposta de trabalho tem por objetivo fazer o levantamento das questões que se mostram relevantes para o resgate da memória desses sujeitos, bem como, situar a importância da atuação dos exilados, reiterados no cenário político brasileiro, e das relações sociais, a partir de então, estabelecidas.

Por considerarmos ser a história uma “entidade de resgate” validamos a necessidade de se resgatar das sombras do esquecimento e do silêncio dos discursos oficiais, os movimentos, idéias, trajetórias e projetos desses sujeitos ao se reinserirem no novo contexto nacional após a anistia e a redemocratização brasileira

É interessante que muitas dessas experiências e/ou atuações políticas perderam-se para sempre, acumulando-se aos silêncios historicamente constituídos, já que a historiografia existente sobre o período tem sido parcial, silenciando ou mesmo escondendo sujeitos portadores não só da memória posta a funcionar, mas sobretudo sujeitos constituídos através da experiência e da ação política, que marcou toda uma época da história recente do Brasil.

Consideramos que o exílio foi uma estratégia política adotada pelos militares na medida em que deslocava o lugar das falas discordantes situando-as num espaço sem lugar e num tempo fora do tempo, dando a impressão com isto de que as idéias (da resistência) estavam fora de lugar. Por isso o aparelho ideológico cristalizado na ditadura se ocupou de eliminar a força instituinte ou fundadora da esquerda brasileira, transformando-a em experiências “ultrapassadas, obsoletas, fora de moda, deslocadas”, apenas revisitadas através de uma

nostalgia. Utopias e idéias sempre em contramão! Desta forma, a reinserção dos exilados na cultura brasileira só pôde ocorrer nos anos 80, na medida em que esses movimentos foram incorporados, todavia, sem sua força inaugural. Isto é, tornaram-se movimentos sem essência.¹

Por tudo isso, o caleidoscópio da memória coletiva apagou de seu arranjo os registros capazes de dar sentido à ação política dos movimentos de resistência dos anos 70. O que foram os exilados para o Brasil? O que significou o exílio para os que partiram e para os que ficaram? Se num primeiro momento houve o banimento, como serão depois reinseridos na vida cotidiana brasileira? Como foi a “volta”? Fantasmas sem espectros? Passado articulado no branco sobre branco, doravante denominado de “eis os exilados”?

Na construção de uma “história à contrapelo”, conforme definição de Walter Benjamin em seu texto – *Teses sobre a filosofia da História*², observamos que a estrutura social e os bens culturais de um país são também o “espólio” da classe dominante. A absorção dos grupos dominados é estratégia histórica no processo de luta pelo poder.

Por isso, a anistia dos exilados políticos brasileiros e sua posterior reintegração à sociedade é, neste sentido, uma exemplificação da estratégia acima apontada. Nesta pesquisa, trabalhamos com uma hipótese promissora: o retorno dos exilados políticos na década de 1980 foi cercado de problemas das mais diversas ordens: sociais, culturais, econômicas e políticas. Isso indica uma reafirmação da dominação vigente no período acima estudado, já que as questões que os levaram ao exílio não se transformaram significativamente na realidade política, na ideologia e na mentalidade da sociedade brasileira.

Nesse contexto, as “rememorações” dos 20 anos da Anistia sancionada pela **Lei 6.683**, em ato realizado na Assembléia Legislativa de Minas Gerais no dia 28 de agosto de 1999, um dos muitos eventos que colocaram em pauta diversas questões relacionadas ao regime militar

¹ Conforme Marilena Chaui, “Assim, graças a certos artifícios que lhes são peculiares (como, por exemplo, elevar todas as esferas da vida social e política à condição de “essências”), a ideologia torna-se dominante e adquire feição própria sempre que consiga conjurar ou exorcizar o perigo da indeterminação social e política, indeterminação que faz com que a interrogação sobre o presente (o que pensar? O que fazer?) seja inutilizada graças a representações e normas prévias que fixem definitivamente a ordem instituída. (...) a ideologia teme tudo quanto possa ser instituinte ou fundador, e só pode incorporá-lo quando perdeu a força inaugural e tornou-se algo instituído”. Cf. CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia – O discurso competente e outras falas**, São Paulo, Editora Moderna, 1982, 3 ed., p. 5.

² Cf. BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”, in **Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política – Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, 4 ed.

brasileiro (1964-1985), incorporaram algumas questões relativas à reintegração dos exilados na sociedade brasileira. Acreditamos que várias dessas questões estão ainda pendentes no pensamento e no imaginário político brasileiro, atualmente. Em suma, ainda aguardam uma reflexão mais aprofundada afim de que possamos recontextualizar este passado recente tão pouco conhecido, quando muito “construído”, numa perspectiva de redefinição do presente. Não temos pois, a pretensão de reconstrução do passado mas sim de apontar para o fato de que muitas dessas experiências humanas são valiosas e contundentes e, a partir de algumas narrativas, talvez possamos re-situar um determinado contexto histórico para obtermos informações sobre algumas possibilidades do presente. Possibilidades estas para as quais ainda não nos atentamos.

Por isso, nos perguntamos: até que ponto a *Lei 6.683* sancionada em 28 de agosto de 1979, concedendo anistia aos presos, exilados e perseguidos políticos, que lutaram contra a ditadura militar, os favoreceu? Pretendemos, pois, a partir do depoimento de alguns desses sujeitos, avaliar se a libertação ou a permissão da volta ao Brasil foi suficiente para garantir a reparação de seus direitos políticos e de sua cidadania.

Concordamos que a aprovação da *Lei da Anistia* representou para a maioria dos exilados a possibilidade do retorno ao Brasil. Segundo Denise Rollemburg:

“A anistia significou para alguns, ao mesmo tempo, o fim do exílio e a possibilidade de iniciar uma nova vida. Vários exilados vislumbraram a chance de resgatar uma identidade, tida então, como perdida. Por isso, voltar ao país significava dar continuidade a uma trajetória interrompida. Numa palavra, correspondia à retomada dos projetos e dos sonhos abandonados em função do exílio e da exclusão social”.³

Percebemos, portanto, que a volta do exílio não encerrou efetivamente o episódio do mesmo. Vários depoimentos, informais ou prestados à imprensa, evidenciam que a readaptação dos exilados foi constituída de percalços e questões até hoje presentes na comunidade de exilados políticos. Especialmente, aquelas relativas aos aspectos não apenas profissionais, mas, sobretudo financeiros, emocionais e identitários.

³ A propósito, Cf. CRUZ, Denise Rollemburg. **Exílio – Entre raízes e Radares**, Rio de Janeiro/São Paulo, Ed. Record, 1999, pp. 264-265.

Houve, assim, uma série diversificada de dificuldades enfrentadas pelos exilados a partir do retorno ao país, que buscava nesse momento sua redemocratização. Tais problemas, como apontamos acima, estavam relacionados às possibilidades de trabalho, ao novo convívio social, à adaptação dos filhos retirados do Brasil ainda pequenos, à procura de vagas nas escolas, enfim, problemas relacionados à reinclusão social, como por exemplo o reconhecimento dos diplomas obtidos no exterior e sua eventual regularização, a oficialização dos documentos, além do retorno aos antigos postos de trabalho, a busca de novos empregos, as indenizações por perda de patrimônio, etc., abrangendo até dificuldades triviais relativas ao exercício da cidadania, isto é, da posterior reintegração no próprio processo político nacional.

Podemos observar que no processo de reintegração dos exilados, os relatos de sua experiência no exílio funcionam como um artifício de construção de uma identidade. A narrativa do exílio, mais do que a apreensão da experiência individual e sua transmissão, funciona como uma ancoragem em um novo contexto. Buscando obliterar lacunas, cria-se uma nova identidade: a de “exilado político”. Porém, tal artifício não se faz sem perdas, afinal a própria experiência da volta se constitui em novas lacunas no presente, já que as questões relativas a essa reintegração não são abordadas. As questões profissionais, de cidadania, afetivas, entre outras, anteriores ao exílio, afiguram-se em ruínas. Os elos construídos anteriormente já não mais existem e uma outra realidade se coloca. As tentativas de reinserção apresentam fraturas, esse o mais grave efeito do exílio. Assim, os relatos dos exilados apresentam-se como monumentos de cultura ante à barbárie da experiência, conforme BENJAMIN (BENJAMIN, 1985).

Verificamos que após o processo de Abertura Política no Brasil e da Anistia, muitas obras recentes tem privilegiado a abordagem dos aspectos ligados à repressão no período da ditadura militar: as freqüentes prisões, os métodos de tortura, a morte e o desaparecimento de militantes da esquerda, as humilhações constantemente sofridas, a saída do país, o espólio dos bens, o exílio, etc. O interesse pela nossa história recente, especialmente do período que compreende as décadas de 1960 e 1970, tem voltado à tona na produção historiográfica brasileira. É interessante que a mídia vem dando especial atenção às obras relativas a este período. No entanto, ainda existe enorme lacuna na historiografia contemporânea no que se refere aos registros e análises do retorno e da readaptação dessas pessoas, outrora excluídas e estigmatizadas pela sociedade brasileira.

Sabemos que os exilados saíram daqui com o estigma de “terroristas”, elementos perigosos, “comunistas”, ameaçadores da ordem estabelecida, etc., etc. Esta era a opinião de uma parcela significativa da sociedade brasileira sobre o processo de cassação dos direitos

civis daqueles indivíduos identificados com a “esquerda” política brasileira, naquele momento. Afinal foi prática recorrente dos porões da segurança do regime militar, a intimidação e a tentativa constante de desmoralização dos adversários, envolvendo-os, sempre que possível, em escândalos e forjando provas que punham em dúvida a conduta moral dos mesmos. Trabalhando com o conceito de estigma, é necessário destacar, sobretudo, o caráter pejorativo e depreciativo atribuído aos exilados políticos, durante e após o regime militar.

Estigma é um termo de origem grega, usado para se referir a sinais que colocam em evidência fatores negativos e/ou extraordinários sobre o moral de quem os apresenta. Segundo Goffman, é “a sociedade quem estabelece os meios de caracterizar as pessoas e o total de tributos considerados como membros de cada uma dessas categorias” (GOFFMAN, 1982:11).

Resta saber, em que medida os setores conservadores e a sociedade em geral, até mesmo a própria esquerda, especialmente aqueles que se recusaram a deixar o Brasil ou foram impedidos de fazê-lo (muitos viveram clandestinamente no próprio país, vivenciando uma espécie de “exílio interno”) passaram a aceitar e rotular essas pessoas de modo diferente. Procuraremos perceber em que medida o estigma atribuído a estas pessoas afetou a vida pessoal das mesmas.

Se considerarmos que a memória é também “um objeto de luta pelo poder”, seria relevante nos perguntarmos: Por que devemos resgatar a memória e as experiências vividas desses sujeitos históricos?

“Por que são a fonte de onde jorra a essência de uma determinada cultura , ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara, pois, como escrevera Benjamin, só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado. O que foi não é uma coisa revista por nosso olhar, nem é uma idéia inspecionada por nosso espírito _ é alargamento das fronteiras do presente, lembranças de promessas não cumpridas.. Eis por que, recuperando a figura do cronista contra a do cientista da história, Benjamin afirma que o segundo é uma voz despencando no vazio, enquanto o primeiro crê que tudo é importante, conta e merece ser contado, pois todo dia é o último dia. E o último dia é hoje.” (CHAUÍ, In: BOSI, 1994, p.18)

As reflexões acerca desse objeto de estudo, acrescida de vasta bibliografia sobre o mesmo, nos permitiu chegar a alguns indicativos promissores que encaminham hipóteses sugestivas, na medida em que darão continuidade à esta pesquisa:

1 – A experiência do exílio:

A experiência do exílio foi vivenciada de forma diferenciada pela diversidade dos sujeitos envolvidos. Por ser a experiência um ato individual, onde cada um focaliza seu olhar para um determinado prisma da realidade, percebemos que: de um lado o exílio revelou ser uma experiência construtiva, uma vez ter contribuído para a formação de um sujeito informado, conectado com outras culturas e com formas de pensamento que caracterizaram a vanguarda dos anos 80. Por outro lado, também representou a perda de identidades, o corte de um movimento político que deveria eclodir num projeto político de esquerda alternativo, senão revolucionário, para o sistema capitalista transnacional.

2 – A Lei da Anistia:

A Lei da Anistia de 1979 representou uma forma de esvaziamento dos movimentos de resistência e da luta armada dos anos 60, uma vez que eliminou o sentido fundante que orientava os movimentos de esquerda no Brasil. Sua característica básica é o seu aspecto de concessão. Relevante o pós-68, a partir da efetivação do AI-5, uma vez que verifica-se nesse momento o endurecimento do regime militar e a ampliação dos movimentos “subversivos”. Nesse sentido, nos anos 70 ocorre a definição de identidades, seja, dos “exilados, seja dos “presos políticos”. Uma vez caracterizado o perfil do “exilado político”, restava dar o tempo necessário para que a memória e juntamente com ela os ideais da resistência de 1964 sofressem um processo de resfriamento. Ao mesmo tempo, o “milagre econômico” forjou uma visão progressista do país e da nação no exterior, que não condizia com a realidade nacional. Internamente verifica-se a cooptação da classe média que ficou no Brasil.

3- Abertura Política:

A partir de 1979, iniciado o processo político da Abertura, verifica-se o fenômeno da “volta”, e com ela a reinserção social dos exilados. O processo de reinserção foi ambíguo: por

um lado, utilizou largamente da imprensa para transformar a “volta” num festival de heróis, criando então uma constelação simbólica onde os astros eram os antigos exilados trazidos e reconciliados de novo com a nação, restando, pois, apenas celebrar a dita “volta da democracia” no Brasil. Entretanto, o sentido de ter partido estava doravante esvaziado. Desenraizados, os exilados políticos surgem num primeiro momento como a lembrança necessária para a nação, que afinal necessitava de uma versão oficial sobre os anos de cassação. Dessa forma, a volta do exílio se prestou à apropriação da memória. Para vários historiadores que trabalham este tema, ocorreu uma espécie de “sequestro da história”. Por outro lado, a percepção, por parte dos repatriados, sobre a situação sócio-econômica real do país organizou certo olhar, onde percebia-se claramente que a retomada dos direitos civis, por si, nada contribuíam para uma efetiva reintegração.

4- A volta:

Por tudo isso, os exilados políticos brasileiros se viram, novamente vitimados por outro duro golpe: suas falas foram apropriadas, seus sonhos prorrogados. Afinal, encontraram um país que nada mais tinha a ver com seus ideais. Além do mais, as dificuldades de reintegrar-se ao mundo do trabalho, ao cenário político, ao cotidiano, enfim, ao novo universo cultural brasileiro, fez com que vários quisessem retornar ao antigo local onde haviam vivido o exílio. Outros, percebendo-se alijados da sociedade, na medida em que não eram nem brasileiros nem estrangeiros em seu próprio país, além de terem sua memória apropriada pela inteligência brasileira do período da abertura; entregaram-se a um tipo de anomia social.

Propusemos uma interpretação do exílio como sendo uma tentativa de afastamento e eliminação de gerações políticas questionadoras da ordem estabelecida. Apontamos para o fato de que este exílio compulsório, na maioria dos casos, trouxe uma série diversificada de problemas, inclusive identitários. No entanto pudemos perceber, através de diversos relatos, o caráter ambíguo desse processo :

“ele provocou sentimentos de estranhamento, desenraizamento, perda e crise de identidade e luto, típicos do exílio. Ao mesmo tempo, se o desenraizamento pode trazer – e freqüentemente traz – conflitos identitários, por outro lado também pode criar um campo onde o exilado circula em liberdade, conecta-se com outras culturas, possibilitando novas descobertas, vivências e experiências diversificadas, aprendizado em termos de idiomas,

costumes, etc; representando um enriquecimento desses sujeitos." (CRUZ, 1999, p. 33)

Portanto, partindo do enunciado acima, objetivamos fazer um contraponto entre os recentes debates sobre os efeitos da globalização sobre as identidades na sociedade pós-moderna (que são os da pluralização das identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação), com a experiência vivenciada pelos exilados políticos brasileiros. Esta proposição se dá a partir de algumas reflexões acerca das recentes discussões em torno da questão da identidade, desencadeada nas últimas décadas. Percebe-se que tem havido, em diversas áreas disciplinares, uma "desconstrução" do conceito e das perspectivas de Identidade. Este princípio tem sido, cada vez mais, questionado e criticado (principalmente a idéia da existência de uma identidade fixa, estável e unificada), ocasionando interessantes polêmicas na teoria social. Em decorrência desses debates, foram reveladas diversas posições teóricas quanto ao declínio de velhas identidades e o surgimento de "novas identidades" resultando na fragmentação e deslocamento do indivíduo na modernidade tardia.

Constatamos que parte destes sujeitos históricos também tiveram, a partir do exílio, identidades mais plurais, menos fixas e unificadas. Por sua vez, também sofreram os efeitos contraditórios e perversos, típicos dessa trajetória, ao tentar recuperar e redescobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. Evidenciamos aqui a presença da chamada "dialética das identidades", que gravitam entre aquilo que alguns teóricos definem como Tradição e Tradução (ROBINS, 1991, p.41), oscilação cada vez mais evidente no quadro global da pós-modernidade, que tem como resultado o hibridismo entre culturas.

Conforme o conceito de hibridismo de Hall (2002), podemos caracterizá-lo como sendo contraditório, pois se por um lado representa uma poderosa fonte criativa, produzindo novas identidades e novas formas de cultura, por outro lado este hibridismo pode causar a indeterminação, a "dupla consciência" e o relativismo, que tem seus custos e perigos.⁴

As seqüelas do exílio se tornam evidentes no momento do retorno dos exilados brasileiros. O universo cultural brasileiro, que durante anos ficou à parte da realidade dos exilados, conflitou com o novo universo simbólico trazido por eles. Se houve aceitação, ou mesmo troca de significados, a assimilação nem sempre foi um processo tranqüilo. A maior dificuldade, apontada nos relatos de alguns desses sujeitos, era a nova necessidade de adaptação social e cultural.

⁴ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomás Tadeu da Silva, Guaraciba Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Como definiu Portillo (In CRUZ, 1999, p. 19) O exilado é um peregrino, um “sujeito errante”, [...] o desterro é sempre uma mutilação da parte do ser humano que mais dói; a mutilação no sentido da biografia individual e da história coletiva. O refugiado perde as referências com a realidade. Abandona os sinais dos antepassados, se desliga da realidade de significações que os próximos haviam tecido á sua volta, desde antes do nascimento e se colocam mundo, sem a terra a seus pés e com recordações como únicas senhas de identidade.

Numa palavra, o regresso significou a contingência de resignificação de todo um campo simbólico e, de certa forma, de se descobrir um tempo e um lugar que , há muito, lhes parecia perdido.

Assim, reinseridos num novo tempo-lugar, que de alguma forma já haviam estado antes, a historicidade desse processo só pode ser compartilhada através da memória e da (re) construção da identidade, transfigurada pelo processo vivido e (re) construída fragmentariamente , a partir de algumas passagens cruciais de suas vidas, que aparecem nas narrativas.

— Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. “ Sobre o conceito da história”, in **Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política – Ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, 4 ed.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa, RAMOS, Jovelino et al. Memórias do Exílio. 1. de muitos caminhos. 1^a edição. São Paulo: Editora Livramento, 1978.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 3^a ed. São Paulo, Editora Moderna, 1982.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. Memórias do Exílio; das Mulheres. 1^a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CRUZ, Denise Rolleberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomás Tadeu da Silva, Guaraciba Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.